

Avaliação socioeconômica e de fatores que levam a violência com detentos de Cascavel/PR

■ Thiago Eugênio Armani*

■ Claudia T. A. Cruz-Silva**

Resumo

A violência não é caracterizada apenas por sequestros, roubos, assaltos, mas também por se destruir a identidade social, cultural e econômica de um povo. A violência aprisiona a capacidade de um país evoluir, porque coloca seus jovens no mundo das drogas, da prostituição, do analfabetismo, enfim na marginalização social, pois todo o desenvolvimento de um povo só acontece graças a uma evolução social, cultural, econômica, psíquica e biológica, que é ditada principalmente pela educação empregada nas escolas. Baseado nisto este trabalho analisou as características sociais, educacionais e econômicas de sujeitos entre 18 e 60 anos que se encontram em cárcere privado na cidade de Cascavel/PR. Através da aplicação de um questionário com perguntas e respostas objetivas, que a partir do seu preenchimento forneceu ideia de quais são os possíveis fatores geradores de violência, com a pesquisa sendo realizada diretamente com os detentos. Foi constatado que há problema educacional, social e econômico com os detentos cascavelenses, porque os mesmos possuem pouca escolaridade, sofrem com desemprego, baixa renda, entre outros problemas, que influenciam a entrada para a criminalidade.

Palavras-chave: Educação. Violência. Cultura. Economia. Detentos. Escolas.

Socioeconomic and factor Evaluation that lead to violence with inmates of Cascavel / PR

Abstract

Violence isn't just featured by kidnapping, robberies, onsets, but also by destroying the social, cultural and economical identity of a population. Violence shuts up the developing ability of a country, because puts its young people in the world of drugs, prostitution, illiteracy, marginalizing them because all

* Especialista em Biologia da Conservação, Biólogo Licenciado, Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, Paraná, E-mail: thiagoarmani@hotmail.com

**Mestre em Botânica pela Universidade Federal do Paraná, Professora da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, Paraná, E-mail: claudiacruz@fag.edu.br

people's development just happens thanks to a social, cultural, economical, psychologist and biologist evolution, which is told mainly by the education given at schools. Based on this, this work analyzed the social, educational and economic characteristics of guys between 18 and 60 years old, who were in private jail in the city of Cascavel- PR, through a filling out of a questionnaire, with objective questions and answers, directly done with the prisoners, that gave an idea about the possible elements that generates violence. It was verified that there is an educational, social and economic problem with the prisoners from Cascavel, because they have limited studies, suffer from unemployment, low salaries, among other problems that inclines them to get in the world of violence.

Keywords: Education. Violence. Culture. Economy. Prisoners. Schools.

Evaluación socio-económica y de factores que levantan a la violencia con detenidos de Cascavel/PR

Resumen

La violencia no sólo se caracteriza por los secuestros, robos, asaltos, sino también por la destrucción de la identidad social, cultural y económica de las personas. La violencia aprisiona la capacidad de un país evolucionar por que coloca sus jóvenes en el mundo de las drogas, de la prostitución, del analfabetismo, en fin en la marginalización social, pues todo el desarrollo de un pueblo sólo pasa a través de la evolución social, cultural, económica, psicológica y biológica, que es dictada principalmente por la educación en las escuelas. Este trabajo analizó las características sociales, educacionales y económicas de sujetos entre 18 y 60 años que están en una casa de detención en la ciudad de Cascavel/PR. Mediante la aplicación de un cuestionario con preguntas y respuestas objetivas sobre los posibles factores que generan la violencia. Las investigaciones se realizaron directamente con los detenidos. Se observó que existen problemas educacionales sociales y económicos con los detenidos, porque tienen poca educación, sufren de desempleo, bajos ingresos, entre otros problemas, lo que influye para la entrada en la criminalidad.

Palabras clave: Educación. Violencia. Cultura. Economía. Detenidos. Escuelas.

Introdução

Em abril de 1.500, quando os portugueses chegaram para colonizar o Brasil, mataram índios, escravizaram negros, trouxeram para cá a forma de vida europeia e a exploração de mercadorias como: madeira, ouro, prata, etc, retirando toda a cultura local, caracterizando assim a colonização de um país através da violência social, cultural, física, econômica e psíquica (MESGRAVIS, 1997).

A violência está em toda parte, podendo ser observada em todo lugar e a qualquer momento. Para se ter idéia, o primeiro retrato da violência é encontrado na Bíblia Sagrada (1993, p. 5) e ocorrera há mais de 2.000 anos:

Disse Caim a Abel, seu irmão: Vamos ao campo. Estando eles no campo, sucedeu que se levantou Caim contra Abel, seu irmão, e o matou.

A violência que se vive hoje no Brasil não vem do nada, nem de fatores que não sejam já conhecidos, embora possam ser ignorados. Longe de ser um acidente na história nacional, ela tem tudo a ver com certas características da história social e econômica brasileira, não podendo ser atribuída, ingênua ou ideologicamente, nem a perturbações intempestivas da consciência de alguns indivíduos, nem a uma repentina mudança das condições do país (PINO, 2007).

Muito se tem falado em devolver segurança à população, mas não se tem observado que o problema da criminalidade é fato histórico, social, econômico e educacional deste país. Segundo Freire (1980) é necessário proporcionar aos indivíduos condições básicas para o seu desenvolvimento, baseadas em uma educação igualitária e humanitária visando ao crescimento humano e social como um todo, e não como um processo pertencente apenas a uma pequena parcela da população.

Este processo problemático da educação brasileira não é recente, pois pode ser observado desde a chegada dos jesuítas ao Brasil para catequizar os índios que aqui habitavam e os portugueses que vieram colonizar a nova Terra. Desde sua criação, sempre obedeceu à imposição política de países dominantes, perdendo totalmente a sua identidade, quase nunca existente, porque a educação sempre se organizou com desenvolvimento lento, fragmentado e irregular, atendendo preferencialmente aos interesses das minorias privilegiadas e distanciando-se, portanto, das necessidades das classes populares (PEREIRA; SOUZA, 2003).

Estes fatores colaboraram para caracterizar assim a exclusão social e racial impulsionada pela tendência de mercado, intensificada em nosso tempo pela apologia à globalização (VEIGA-NETO, 2001). Dessa forma esqueceu-se que o educar não é o ato de ensinar palavras ou a escrever, mas sim o ato de levar o indivíduo que está aprendendo a conhecer a sua mente e o seu propósito de vida, modificando consideravelmente a sua forma de pensar e se comportar em sociedade (FREIRE, 1980). Processo este que começa a ser falho quando se observa a vida de indivíduos em família, uma vez que muitas pessoas, não possuindo uma educação de qualidade, não poderão proporcionar as melhores condições de desenvolvimento humano a seus filhos, por não compreenderem que a qualidade de vida aliada a uma família presente pode ser um dos fatores fundamentais para a criação de um indivíduo crítico, responsável, reflexivo, que possa realmente ser um cidadão atuante em sociedade (BRUSCHINI apud AZEVEDO; GUERRA, 2005).

Uma vez que o objetivo da educação deve optar por um ensino que vá além da introdução dos saberes culturalmente organizados, abrangendo não somente uma formação em determinadas capacidades cognitivas, mas alcançando o desenvolvimento de todas as capacidades de um indivíduo (COLL et al., 2003). A educação deve ser proveniente de cada um, relacionando várias ideias e formas de pensar, fornecendo desta maneira a liberdade de pensamento, originando um conhecimento amplo para todas as classes de forma universal, pois todos os seres humanos devem ter sua própria opinião e ação de resolução, com intuito de serem produtores de conhecimento e não apenas simples observadores e executadores de conhecimentos já existentes, porque cada indivíduo deve produzir seu intelecto e não apenas esperar que alguém o faça (ARMANI; BAÚ, 2006).

Várias tentativas já foram realizadas para melhorar o ensino brasileiro, principalmente com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), que já percorreram um longo caminho desde a sua criação até os dias atuais, mas que ainda são subordinadas a políticas sociais e econômicas regentes ao período de suas aplicações (PEREIRA; SOUZA, 2003).

O problema educacional brasileiro tem levado muitas pessoas à marginalização, ou seja, à exclusão da sociedade (FREIRE, 1980). Esta exclusão é influenciada principalmente pelo déficit educacional brasileiro que eleva o índice de desemprego, podendo ser considerado um dos principais fatores para levar um indivíduo a se tornar um flagelo social. Porque uma pessoa sem uma instrução adequada não terá condições de sobreviver numa sociedade altamente capitalista como a que se tem hoje, sobrando a ela somente a possibilidade de aumentar a população das favelas e o índice da criminalidade, não afirmando que todo "favelado" é criminoso, mas que, na maioria das favelas, o que governa não é o governo democrático popular eleito pelo povo, mas sim o governo paralelo do submundo do crime (ALVES, 1992).

E esta divisão de poder faz com que o Brasil seja dividido em "país de luxo" e "país da miséria". No país marcado pelo luxo se encontram carros de luxo, casas esplendorosas, fartura de alimentos e educação de qualidade. Esta classe corresponde aos verdadeiros cidadãos das áreas urbanas, que concentram grande parte da riqueza nacional e são responsáveis por ofertar emprego às pessoas que se encontram no país da miséria. Este outro país, não somente marcado pela falta de alimento, pelo desemprego, pelo analfabetismo, mas principalmente por ser considerado o grande precursor da violência (PIRES, 1985).

Todos os indivíduos que vivem neste "país da miséria", não são considerados cidadãos, mas sim cidadãos que apenas habitam as cidades, mas não fazem parte delas. São pessoas que dependem das cidades para ter emprego, educação e moradia, mas que, na realidade, não possuem o mínimo de qualidade de vida, pois são forçados a viver em conglomerados chamados de "favelas", onde o crime organizado dita as regras (ALVES, 1992).

Estas diferenças dentro do Brasil se tornaram mais evidentes nas últimas décadas, pois se tem observado que as pessoas têm migrado dos bairros "nobres" em direção às favelas, por perderem seu poder aquisitivo, forçando-as assim a se submeterem a uma vida sem qualidade para tentar ao menos sobreviver.

Esta falta de qualidade na vida do brasileiro tem levado muitas pessoas a entrarem para o mundo da violência, pois é neste mundo que elas encontram o auxílio dos "criminosos", que, nas favelas, substituíram o Estado. Impulsionadas principalmente pelos meios de comunicação que pregam que qualquer pessoa pode realizar seus sonhos, mas se frustram quando não o conseguem, porque a mídia não retrata que o caminho para tal fato acontecer deve envolver o estudo, o aprimoramento profissional e a busca por ideais, e não somente a busca por um axismo utópico ilusionário, vendido em algum canal de rádio ou televisão por ditadura capitalista.

A solução para o problema social que origina estes dois países está muito longe de aparecer, porque a economia atual, ainda é para poucos, ou seja, apenas para quem tem poder aquisitivo à custa de quem não o tem (ALVES, 1992).

Esta falta de qualidade de vida para a maior parcela da população brasileira pode ser considerada e entendida como uma violência cultural, social, econômica e educacional, pois a qualidade de vida de uma população ou espécie em questão é a capacidade que o meio tem de oferecer os requisitos básicos para seu desenvolvimento completo (RICKLEFS, 2003).

Em 1992, com a realização da ECO 92, em prol da manutenção do meio ambiente, ficou caracterizado que, para a qualidade de vida realmente existir, deve-se ofertar educação, capacitação, emprego, moradia, cultura, direitos entre outros atributos a um povo, sem preconceito de raça, credo, cor, ou posição social. Nesta conferência ficou estabelecido que todo ser humano, espécie animal ou vegetal do planeta Terra têm o mesmo direito de existir e usufruir todos os bens encontrados no planeta.

Este direito de existência, aborda a qualidade de vida, pois é de responsabilidade do governo fornecer todos os meios e soluções para os problemas ambientais e sociais que são encontrados na sociedade, sendo na ECO 92 aprovada a carta de direitos do homem, que passa a dar importância ao direito da mulher e da criança. Porque qualidade de vida representa os atributos essenciais para uma vida poder desenvolver-se e atingir o seu grau máximo e ideal de existência (BARBIERI, 2005).

A história registra uma tendência de superconcentração populacional nas cidades metropolitanas. Apesar de todas as consequências maléficas conhecidas pelas experiências de países industrializados, o fenômeno do congestionamento urbano continua a persistir de forma mais

cruel nos países em desenvolvimento. Estes apresentam uma agravante adicional que é o "cinturão de miséria" urbana que as metrópoles dos países desenvolvidos desconhecem. A deteriorização da qualidade ambiental decorrente do congestionamento populacional é traduzida por tráfego congestionado, superaglomerações populacionais, transporte de massa ultrapassados, atrasos e perda de tempo, formação de filas impacientes, falta de infraestrutura de toda a ordem, principalmente de saúde e recreação. Como resultado, o homem é obrigado a conviver num ambiente comprimido e o seu estado neurótico é inevitável, ainda mais quando se adicionam os fatores de segurança e estabilidade. Nessa atmosfera, não se pode encontrar um indivíduo sadio. Não há como um organismo se desenvolver integralmente sob o ponto de vista biológico, social e psíquico. É um ambiente para produzir neuróticos e loucos e não para criar e educar um ser sadio (ELY, 1990, p. 58).

A falta de qualidade de vida tem agravado incondicionalmente o problema da criminalidade, pessoas sem lazer, educação, moradia, alimentação ou que têm medo de sair à rua são mais suscetíveis ao estresse e conseqüentemente gerar algum tipo de violência (PIRES, 1985).

A violência não é apresentada apenas por sequestros, roubos, assassinatos, mas também por agressão, destruição de patrimônio público ou privado, entre outros atos. Tem-se observado que nos últimos anos as agressões a mulheres e crianças só aumentaram. Com isso percebe-se que a falta da qualidade de vida aumentou o nível de desestruturação familiar e conseqüentemente está levando jovens e adultos a cometerem atos de vandalismo e agressão a outras pessoas de sua própria família ou não. Apesar de a Constituição Brasileira assegurar que todo cidadão brasileiro possuiu o direito a uma vida digna com educação, cultura, lazer, emprego, entre outros atributos, a forma como o brasileiro vive está muito aquém do mínimo desejável.

Sendo assim, constata-se que a qualidade de vida é um direito do cidadão que compete ao Estado fornecer, mas que não é oferecido, talvez por falta de vontade ou problemas estruturais a níveis de organização governamental, tornando-se, por enquanto, apenas um direito escrito, mas não aplicado (ALVES, 1992).

Muitas vezes as lutas sociais têm sido compreendidas como um marco de combate à violência, tentando melhorar a qualidade de vida, tentando proporcionar melhores condições a todas as pessoas, fazendo valer os direitos descritos em lei, principalmente para aqueles que não estão realmente inseridos na sociedade.

Portanto, estas lutas podem ser exemplificadas através da identificação de opressores e oprimidos, os quais geram uma mudança através da luta social. Exemplo disto pode ser vivenciado em uma fábrica, onde temos o oprimido representado pelo funcionário e o opressor representando pelo proprietário da fábrica.

Em um determinado tempo, o oprimido, cansado dos baixos salários e do alto ritmo de trabalho, resolve fazer greve para melhoria de sua renda e condição de trabalho, com isso fecha a fábrica e impede a entrada do patrão, fazendo com que a produção pare afetando o giro de capital. Se a fábrica ficar muito tempo parada, não haverá mais lucro, então o patrão resolve ceder a algumas exigências dos trabalhadores para que eles voltem ao trabalho, havendo assim uma conquista por parte dos oprimidos que apesar de dependerem da fábrica e da produção para receberem seus salários, se tornaram opressores para melhorar a sua qualidade de vida (FREIRE, 1980).

Lutas sociais marcam e marcaram a história de muitos países inclusive do Brasil. Os principais marcos históricos pela liberdade social através das lutas sociais podem ser representados na luta do povo contra o regime militar, já que a censura e a privação do direito de ir e vir enfrentado neste período tratou-se como uma forma de violência. Além da luta por melhores moradias e qualidade de vida, impostas pelas associações de moradores e de bairros, que aconteceram ao longo da história do Brasil (PIRES, 1985).

Todas as lutas sociais são importantes para o desenvolvimento de um país, ainda mais contra o combate à violência, porque é uma forma de o cidadão demonstrar seu descontentamento com o descaso do Governo, através de manifestações e cobranças que visem à melhoria de vida da população (ALVES, 1992).

Sem estas lutas sociais, um povo não pode viver, afinal é a partir delas que a reflexão, o diálogo e o entendimento dos problemas são encontrados, o fato de se articular e exigir um direito é função do cidadão, que deve ser preparado e instruído para viver em sociedade, com capacidade de tomar suas próprias decisões, conforme o que acha certo ou errado (FREIRE, 1980).

O simples ato da reivindicação de um direito pode ser caracterizado como um crescimento cultural, deixando de lado a violência social que ocorre através da manipulação cultural e educacional, que é presenciada a todos os instantes na sociedade, além de representar uma forma de cobrança do povo para consigo próprio (PIRES, 1985). Sendo assim, para se conhecer o porquê da luta ou a revolução, é necessária a participação de todos os indivíduos nesta revolução, porque todo o saber autêntico é derivado da experiência de sua aplicabilidade (ROHMANN, 2000).

E como este saber provém do lar e da escola, pode-se retratar que o futuro de uma nação depende de como suas crianças são tratadas, pois o marco da revolução de

pensamentos e de atitudes é encontrado na escola, que visa à melhoria do bem social, mas que hoje não consegue desempenhar tão bem o seu papel na formação de indivíduos, porque hoje se encontram nelas crianças que depredam este patrimônio máximo de instrução, uma vez que não há mais a preocupação com seu próprio desenvolvimento cultural e psíquico (LUCINDA; NASCIMENTO; CANDAU, 1999).

A instituição educacional brasileira, não está preparada para enfrentar o problema da violência dentro da escola, uma vez que o respeito e a qualidade do ensino já não são mais de interesse dos alunos e da própria escola, pois há prédios sem manutenção, profissionais mal remunerados e cansados da situação e não se importam mais em mudá-la. Como se isto não bastasse, drogas são constantes dentro das escolas, porque as mesmas apresentam desestruturação patrimonial e humanística, porque ela e o governo esqueceram que educar é o principal fator formador do futuro do Brasil (LUCINDA; NASCIMENTO; CANDAU, 1999). A perda da escola como referência educacional é preocupante, porque é através da educação que um povo e uma civilização evoluem (FREIRE, 1980).

Educar para a "não violência" é ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações. A questão, então, é saber quais são essas razões e qual é seu poder de persuasão para evitar a violência. Segundo Pino (2007, p. 772) "se a educação não é a solução para acabar com a violência, sem educação a violência não tem solução, nem a curto nem a longo prazo".

Outro problema para o Brasil é caracterizado pela violência doméstica, onde as famílias esqueceram que são um grupo de pessoas que se diferenciam por idade e funções para sua manutenção e passaram a pensar individualmente, sem se preocupar com seus próprios entes (BRUSCHINI apud AZEVEDO; GUERRA, 2005). Tais atitudes levam muitos pais a molestarem seus filhos, esquecendo-se de que seus próprios filhos são seres humanos, que merecem carinho ao invés de violência doméstica (AZEVEDO; GUERRA, 2005).

A violência doméstica, quer seja sexual ou física, sem dúvida desestrutura e destrói uma família, porque destrói um indivíduo física, psíquica, biológica e socialmente, fazendo com que este indivíduo cresça revoltado com sua família e toda a sociedade agravando ainda mais o problema da violência, porque sua raiva contra o abuso que sofrera torna-se um marco de seu comportamento (LUCINDA; NASCIMENTO; CANDAU, 1999). A criança tem o direito de brincar e crescer socialmente, contribuindo positivamente para a sociedade com seus atributos máximos do desenvolvimento, tendo direito a um lar, a alimento, a cultura, educação, sem qualquer tipo de violência seja psíquica, ideológica, cultural, social, enfim que a distancie de uma vida digna, porque as crianças representam o futuro da humanidade (BARBIERI, 2005).

Baseado em todo o marco que representa a violência na vida das pessoas e na constituição do que se conhece por Brasil, realizou-se um levantamento socioeducacional e econômico com os detentos da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, Paraná, para averiguar possíveis fatores que possam ter favorecido a entrada de pessoas na criminalidade, na tentativa de identificar o problema da violência.

Metodologia

Antes de iniciar as pesquisas, foram realizadas visitas aos sábados na 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, para conversas informais com detentos, uma vez que um dos envolvidos no projeto era voluntário em um programa assistencial a presos organizado por uma instituição religiosa, onde a partir dessas visitas, se constatou que muitos detentos não tinham um grau de escolaridade, econômico e social adequados quando comparados aos direitos descritos e determinados na constituição brasileira. A partir destas pré-constatações surgiu o interesse na verificação e identificação de alguns dados pré-prisão que pudessem identificar os possíveis fatores de influência para a entrada destes indivíduos no crime.

Posteriormente, foram realizadas leituras para tentar constatar em bibliografias já existentes se aspectos econômicos, educacionais e sociais podem influenciar as pessoas para a entrada no submundo do crime. Após estas leituras realizou-se a confecção de um questionário que pudesse abranger questões de fácil entendimento e com respostas e perguntas objetivas para constatar o grau de escolaridade, idade, renda entre outros dados, que pudessem definir estes fatores e, portanto demonstrar e verificar o objetivo proposto na pesquisa.

O projeto passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Após contato prévio com os detentos, antes de iniciar a pesquisa, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para assinatura. Na sequência foi realizada a aplicação do questionário individual, com duração aproximada de 20 minutos por detento, que foram levados individualmente até uma região onde pudesse haver contato com o entrevistador, uma vez que as medidas de segurança estabelecidas proibiam a entrada do entrevistador nas celas, sendo que a escolha dos entrevistados ficou a critério do detento querer ou não participar da pesquisa.

Foram incluídos nessa pesquisa todos os que assinaram o Termo de Consentimento, sendo 20 homens e 11 mulheres, de 18 a 60 anos, obedecendo às normas impostas pela 15ª Subdivisão Policial de Cascavel.

Após a aplicação do questionário foram organizados e tabulados os dados, para o entendimento dos aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais, como, por exemplo, grau de escolaridade, renda mensal, características sociais, motivo da prisão,

entre outros aspectos, através de cálculo de porcentagem, utilizando-se regra de três, baseada nas respostas objetivas obtidas, que foram organizadas em tabelas de dados.

Com os dados tabulados e organizados, procurou-se em bibliografias os possíveis fatores que influenciaram a entrada de pessoas na criminalidade, fornecendo, desta forma, uma amostragem que possivelmente demonstra o que ocorre ao nível de Brasil, quando se tenta compreender a violência.

A pesquisa foi realizada no município de Cascavel, o qual se situa no oeste paranaense, entre as latitudes Sul 24°58' e longitude Oeste 53°27'; com uma área de 2.091,401km² (CASCAVEL, 2007). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico em 2007, Cascavel possuía uma população de 285.784 habitantes (IBGE, 2007).

Resultados e discussões

Baseado nos dados obtidos pode-se verificar que os detentos cascavelenses são, na maior parte, indivíduos que têm entre 24 e 33 anos (41,94%) (Gráfico 1); onde 64,52% são de classe baixa e sobrevivem com dois a três salários mínimos (Gráfico 2); 51,61% já foram ou são usuários de drogas (Gráfico 3); 48% possuem mais de dois filhos (Gráfico 4); pouca escolaridade, uma vez que 77,47% não chegaram a entrar no ensino médio (Gráfico 5), onde muitos relataram falta de apoio familiar por não terem condições de ir à escola devido à deficiência orçamentária.

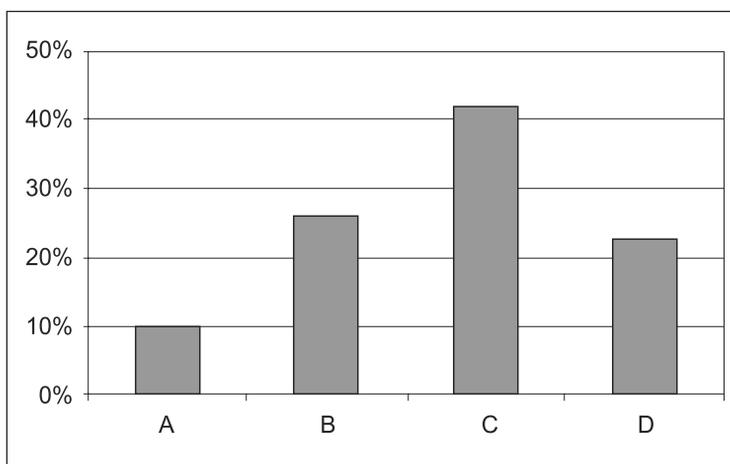


Gráfico 1. Idade dos Indivíduos entrevistados. A: representa 18 anos; B: idade entre 19 e 23 anos; C: idade entre 24 à 33 anos; D: idade superior a 33 anos.

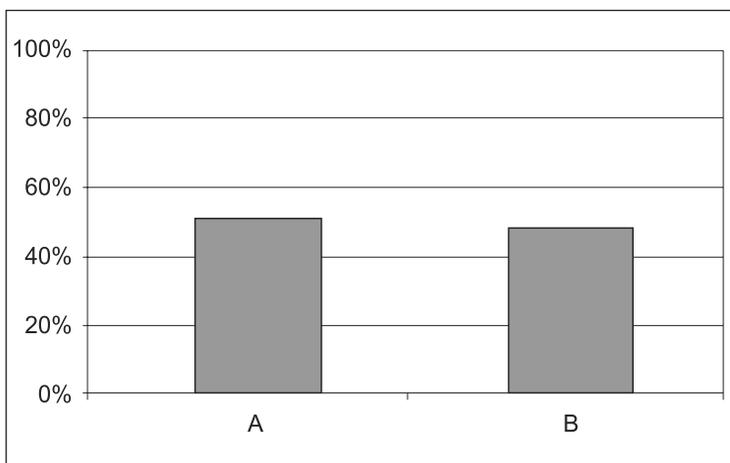


Gráfico 2. Renda mensal da família dos detentos. A: representa até 1salário mínimo; B: 2 à 3 salários; C: 8 à 10 salários.

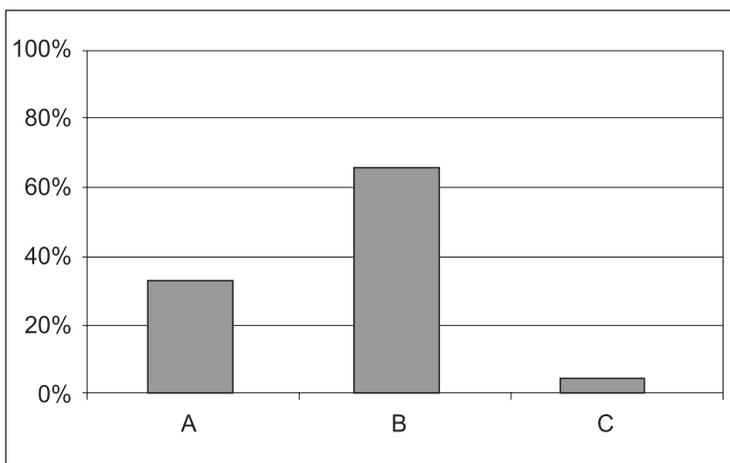


Gráfico 3. Percentual de indivíduos que já foram ou são usuários de drogas. A: indivíduos que já foram ou são usuários; B: a indivíduos que nunca foram usuários.

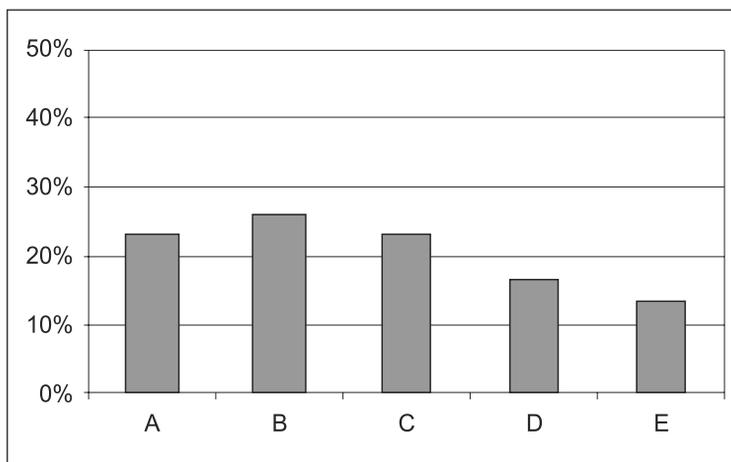


Gráfico 4. Quantidade de filhos que cada detendo possuiu. A: nenhum; B: 1 filho; C: 2 filhos; D: 3 filhos; E: mais de 4 filhos.

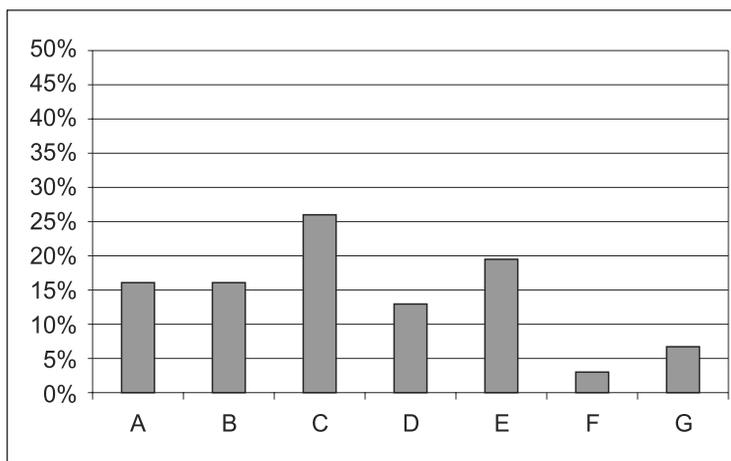


Gráfico 5. Grau de escolaridade dos indivíduos. A: 1º a 4º ano do ensino primário incompleto; B: 1º a 4º ano do ensino primário completo; C: 5º a 8º série incompleta; D: 5º a 8º série completa; E: 1º a 3º ano do ensino médio incompleto; F: ao ensino do 1º a 3º ano do ensino médio completo; G: indivíduos que nunca estudaram.

Observa-se que a maioria dos indivíduos que estão presos apresentam pouca idade, mas já possuem mais de dois filhos, possivelmente por não terem tido ajuda para a formação da estrutura familiar, sendo que estas crianças estão sendo criadas apenas por suas mães e vivenciando como elas situações desiguais de qualidade de vida. Segundo Bruschini (apud AZEVEDO; GUERRA, 2005), a família deixou de exercer seu papel e passou apenas a gerar filhos, não se preocupando com o desenvolvimento deste indivíduo.

O principal motivo pelo qual foram presos foi o tráfico de drogas (54,84%), seguido de assalto (38,71%) sendo relatados como o único meio de gerar renda para sustentar sua família (Gráfico 6); pois 32,26% nunca tiveram emprego fixo (Gráfico 7), atribuindo este fator também à pouca escolaridade. Associado a estes fatores o principal motivo pelo qual entraram no crime é o desemprego com 45,16% das respostas (Gráfico 8). A determinação da existência da violência é influenciada e agravada pelo desemprego que assola grande parte da população brasileira, causando uma grande estratificação populacional, onde muitos têm pouco e poucos têm muito (ALVES, 1992).

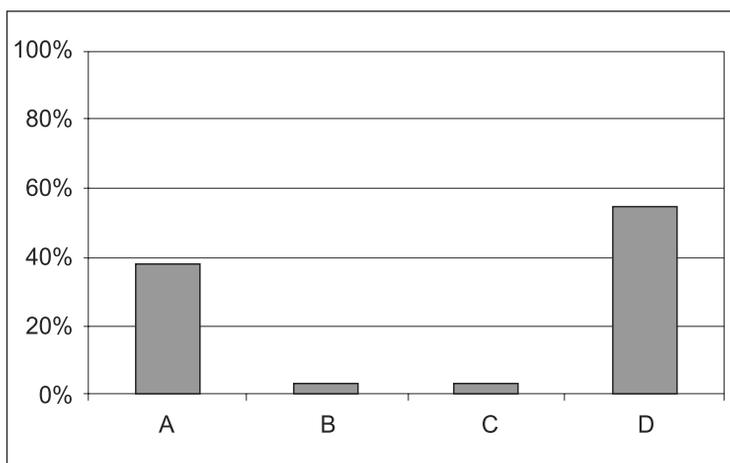


Gráfico 6. Motivo pelo qual está na prisão; A: assalto; B: assassinato; C: sequestro; D: tráfico de drogas.

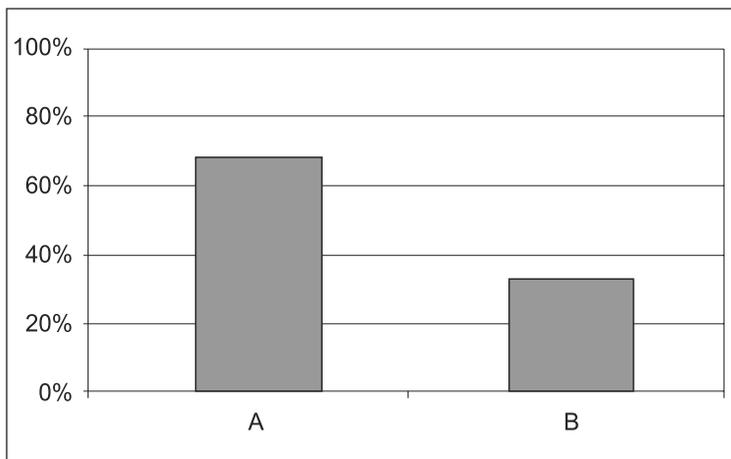


Gráfico 7. Percentual de indivíduos que já tiveram ou não emprego fixo. A: já tiveram emprego fixo; B: nunca tiveram emprego fixo.

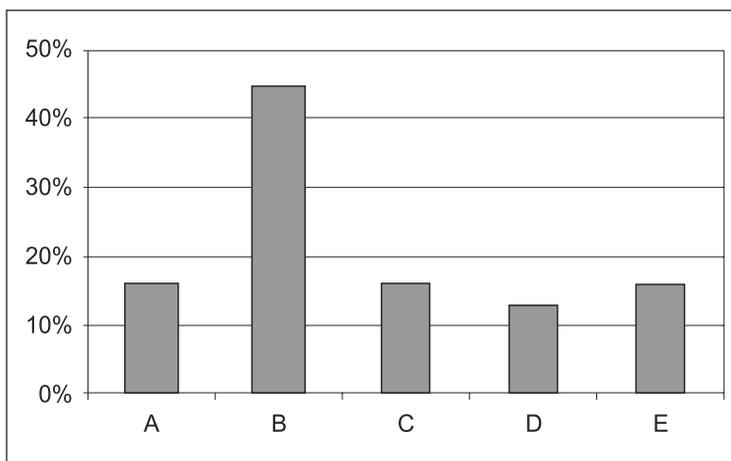


Gráfico 8. Motivo que levou o indivíduo a cometer o crime pelo qual está preso. A: má companhia; B desemprego; C: dinheiro fácil; D: problemas familiares; E: por decisão própria.

O aumento populacional e migratório, sem os devidos cuidados, acabam aumentando o número de favelas, porque sem emprego não se consegue manter um padrão de vida mínimo para o desenvolvimento humano (PIRES, 1985). Com a migração para as favelas os indivíduos percebem que existe um apoio maior do crime organizado para suas vidas, que fornece dinheiro em troca de serviços, como

por exemplo, o tráfico de drogas, que muito tem contribuído para o aumento do número da população carcerária brasileira (ALVES, 1992), como também verificado neste trabalho (Gráfico 6).

Com os dados pode-se retratar que a criminalidade em Cascavel, possivelmente representa o que acontece no Brasil. A violência é derivada de uma educação deficitária que traz um sistema totalmente fora dos padrões exigidos por uma sociedade igualitária, mas que observa um modelo de mercado que não procura dar liberdade ao pensamento dos indivíduos e tampouco possibilita a mudança (ARMANI; BAÚ, 2006).

Segundo 41,94% dos detentos o preconceito (racial, social, educacional) pode ser porta de entrada para o crime (Gráfico 9). De acordo com Pires (1985) a educação é dominada pelo querer do capital vigente, sem se preocupar com o desenvolvimento humano, porque não fornece condições para o desenvolvimento de um indivíduo, já que a sociedade exclui aqueles que não se enquadram em suas determinações através do preconceito, seja ele cultural, econômico, racial, etc.

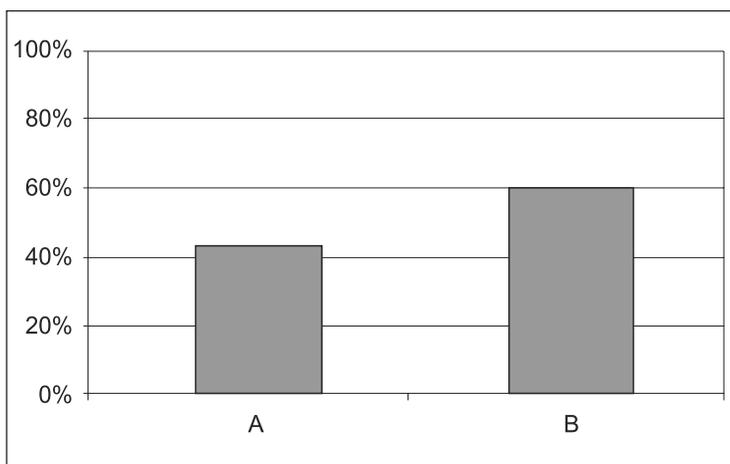


Gráfico 9. Percentual de indivíduos que acham que o preconceito influencia a entrada de pessoas para o crime. A: o preconceito influencia a entrada no crime; B: não influencia.

A maioria dos entrevistados (87,10%) acredita que a violência é gerada por falta de apoio de um Estado (governo), onde relataram que a educação é deficitária, e com isso diminui a qualidade de mão de obra causando o desemprego, sendo o estado considerado, portanto, ausente por não proporcionar uma real e igualitária qualidade de vida à sua população (Gráfico 10). Esta estratificação (desigualdade) é principal-

mente ditada pela falta adequada de investimento do governo na formação e desenvolvimento de uma grande parcela da população, fator este que impede a diminuição da marginalização da sociedade já que compromete a qualidade de vida de pessoas.

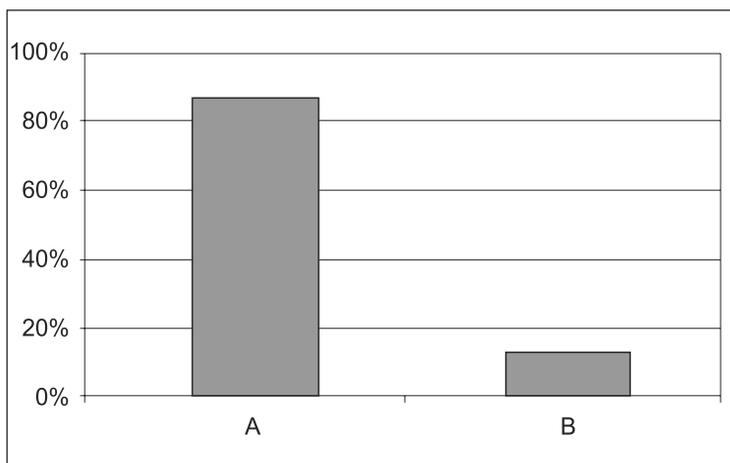


Gráfico 10. Respostas obtidas, quando fora perguntado se o Estado (governo) teria culpa pela existência da criminalidade. A: Sim; B: Não.

Segundo Alves (1992) esta falta de qualidade na vida do brasileiro tem levado muitas pessoas a entrarem para o mundo da violência, pois é neste mundo que elas encontram o auxílio dos "criminosos", que nas favelas substituíram o governo. A solução para o problema social que origina estas duas condições está muito longe de aparecer, porque a economia que se vivencia atualmente, ainda é para poucos, ou seja, apenas para quem tem poder aquisitivo.

A não participação do Estado na melhoria da qualidade de vida das pessoas demonstra que a escola deixou de participar ativamente da formação do caráter dos indivíduos e passou a ser apenas um grande depósito de crianças, que não tem a mínima capacidade operacional de formar indivíduos críticos e reflexivos que possam contribuir no desenvolvimento da sociedade, causando uma grande evasão escolar (LUCINDA; NASCIMENTO; CANDAU, 1999).

Entretanto, 74,19% dos detentos responderam que o estudo é mais importante do que o dinheiro, porque com o estudo as pessoas conseguem dinheiro, pois havendo uma educação de qualidade todos os indivíduos podem gerar a sua renda e não entrar para o crime e assim poderiam investir cada vez mais em sua formação e na melhoria na qualidade de vida de sua família (Gráfico 11).

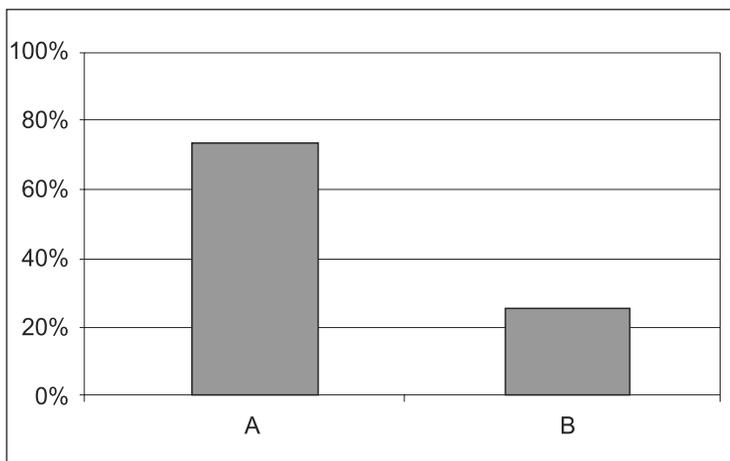


Gráfico 11. Percentual de indivíduos que responderam que o estudo é mais importante que o dinheiro. A: o estudo é mais importante; B: o dinheiro é mais importante que o estudo.

De acordo com relatos obtidos, 19,35% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência na sua infância, fator este que auxiliou de certa forma sua entrada para o crime (Gráfico 12). A violência infantil deteriora completamente uma criança em seu psicológico, dando origem a um indivíduo revoltado contra a sociedade.

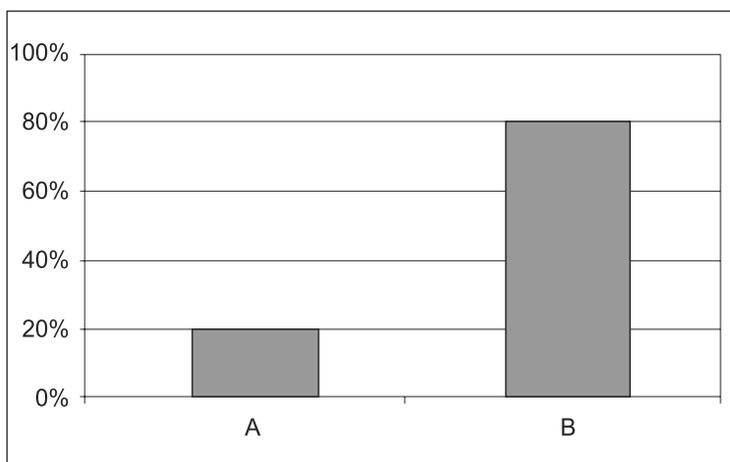


Gráfico 12. Percentagem de indivíduos que sofreram algum tipo de violência na infância. A: sofreram algum tipo de violência na infância; B: não sofreram violência na infância.

Apesar de toda a dominação e formas de violência, a população mais carente é a mais assolada pela mesma. Embora se tente buscar maneiras de combatê-la, ainda está distante o dia em que a violência será extinta, porque o problema da violência transcende a agressão física e chega à falta de educação, qualidade de vida, falta de cultura, problemas econômicos e sociais, que assolam nosso país desde a sua descoberta e que sem uma mudança drástica em todos os ramos da sociedade somente contribuirão para o aumento da criminalidade (ALVES, 1992).

Um pequeno percentual de indivíduos relatam que voltariam a cometer crime e acreditam não estarem recuperados, necessitando de melhor apoio psíquico e educacional, na ordem de 16,13% e 29,03%, respectivamente (Gráficos 13 e 14). Apesar dos baixos índices nessas respostas, é importante ressaltar que o sistema carcerário brasileiro não recupera grande parte dos indivíduos, porque sem uma recuperação psíquica e educacional e uma reestruturação social, a violência continuará sendo um escape para a sobrevivência de muitos. A maioria (61,29%) afirma que sofre preconceito da sociedade por estar presa, prejudicando desta forma seu futuro em sociedade (Gráfico 15).

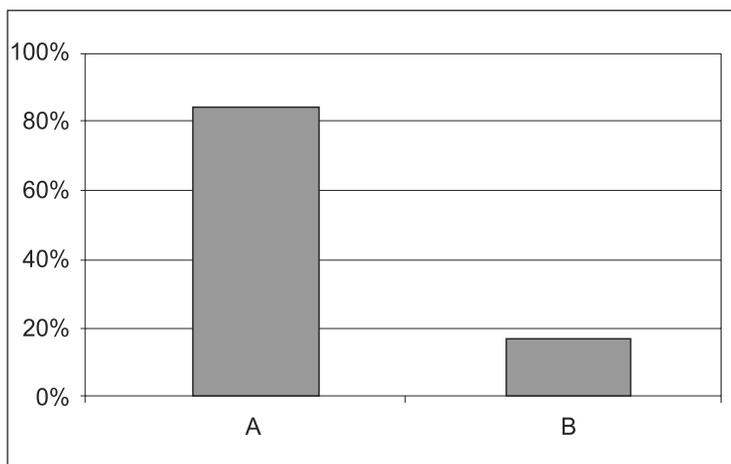


Gráfico 13. Percentual de indivíduos que voltariam a cometer crimes. A: não voltariam a cometer crimes; B: voltariam a cometer crimes.

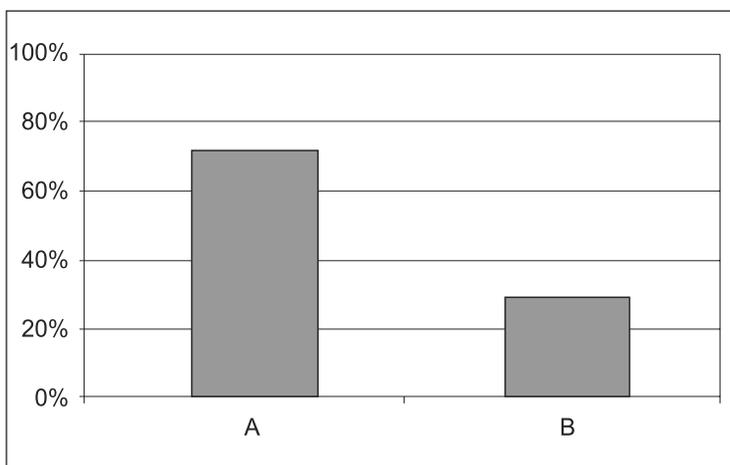


Gráfico 14. Percentual de indivíduos que se consideram recuperados. A: recuperados; B: ainda necessitam de um maior atendimento psicológico.

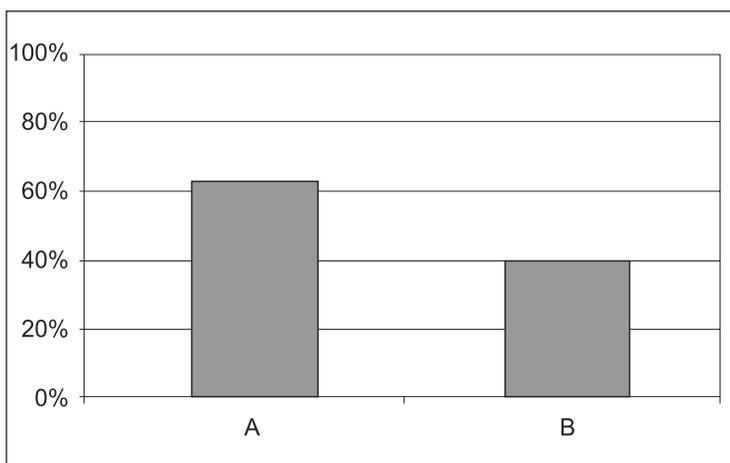


Gráfico 15. Percentual de indivíduos que acreditam que um ex-presidiário poderá sofrer preconceito da sociedade. A: um ex-presidiário sofrerá preconceito; B: um ex-presidiário não sofrerá preconceito.

A falta de contribuição governamental para a formação dos indivíduos capacitados agrava todos os problemas sociais, uma vez que a marginalização social é um fator determinante para o não desenvolvimento de um país, ocasionando a extinção de todo o culturalismo, pois um povo sem identidade educacional, cultural, econômica, social e psíquica jamais poderá chegar ao desenvolvimento máximo de seu ideal de existência, que é a capacidade de decidir por si próprio os caminhos de sua vida (FREIRE, 1980).

Considerações finais

Com o presente trabalho de pesquisa conclui-se que muitos fatores estão interligados, favorecendo a entrada dos indivíduos na criminalidade. Os principais são: a falta de educação, a ausência familiar, a baixa renda, o dinheiro fácil do crime e a falta de investimento na melhoria de vida da sociedade como um todo.

A ausência de trabalho está associada a pouca ou nenhuma qualificação profissional, pois perderam o interesse em estudar e encontraram no tráfico e no crime o meio de geração de renda para se sustentarem e a seus familiares.

Conseguimos compreender e identificar também que a falta de oportunidades tem feito com que muitos se tenham desviado e que a maioria culpa o governo pela sua prisão, pois segundos eles, se tivessem tido acesso aos requisitos básicos descritos na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), teriam continuado a estudar, conseguiriam um bom emprego, gerariam, portanto a sua própria renda que seria suficiente para manter a sua família proporcionando e tendo, desta forma, melhores condições de vida, mas, principalmente, teriam conseguido desenvolver seus graus de formação mental, definindo assim fatores como estes aliados a outros definidos no trabalho poderiam mantê-los fora do mundo do crime.

Acredita-se que a marginalização pode ser evitada com investimento em educação, na formação profissional, na estrutura familiar, na qualidade de vida e no zelo pela vida dos cidadãos de um país.

Referências

ALVES, J. F. *Metrópoles, cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992.

ARMANI, T. E.; BAÚ, R. O pensamento somente é livre quando o homem pode pensar pôr si próprio. In: ENCONTRO CIENTÍFICO-CULTURAL INTERINSTITUCIONAL FAG, FAQ E DOM BOSCO, 4., 2006, Cascavel, PR. *Anais...*Cascavel, PR: FAG, 2006.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Infância e violência doméstica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

A BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. atual. no Brasil. Barueri, SP: Ed. Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASCADEL. Prefeitura Municipal. *Indicadores e informações úteis*. Cascavel, PR, 2007. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/indicadores.php>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

COLL, C. et al. *O construtivismo na sala de aula*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ELY, A. *Economia do meio ambiente*. 4. ed. Porto Alegre: Ed.Fundação de Economia e Estatística, 1990.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

IBGE. *Contagem da população 2007*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G.; CANDAU, V. M. *Escola e violência*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MESGRAVIS, L. *O Brasil, nos primeiros séculos*, São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, L. C.; SOUZA, N. A. *Ensino médio... à procura de identidade*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 100, out. 2007.

PIRES, C. *A violência no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1985.

RICKLEFS, R. E. *A Economia da natureza*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROHMANN, C. *O livro das idéias: um dicionário de teorias, conceitos, crenças e pensadores, que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VEIGA-NETO, A. *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Recebido em: 11/03/2009

Aceito para publicação em: 04/08/2009